

Estudo do Veto nº 64/2022

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A.

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2022 (oriundo da MPV nº 1.133/2022)

47 dispositivos vetados

Autoria da matéria vetada:

- Presidência da República

Relatoria na Câmara:

- Deputado Vicentinho Júnior (PP-TO): Parecer proferido em Plenário pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Relatoria no Senado:

- Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO): Parecer proferido em Plenário.

Ementa do projeto de lei vetado:

Dispõe sobre a empresa Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), sobre a pesquisa, a lavra e a comercialização de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares, e sobre a atividade de mineração; altera as Leis nºs [4.118, de 27 de agosto de 1962](#), [8.001, de 13 de março de 1990](#), [9.991, de 24 de julho de 2000](#), [10.438, de 26 de abril de 2002](#), [13.575, de 26 de dezembro de 2017](#), [13.848, de 25 de junho de 2019](#), e [14.222, de 15 de outubro de 2021](#), e o [Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 \(Código de Mineração\)](#); e revoga a [Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971](#), e dispositivos das Leis nºs 4.118, de 27 de agosto de 1962, [6.189, de 16 de dezembro de 1974](#), [7.781, de 27 de junho de 1989](#), 13.575, de 26 de dezembro de 2017, e 14.222, de 15 de outubro de 2021, e do [Decreto-Lei nº 1.038, de 21 de outubro de 1969](#).

Síntese do Veto:

Em termos gerais, o veto incide sobre dispositivos que tratam da Agência Nacional de Mineração e do Fundo Nacional de Mineração.

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.001
	<p>art. 10:</p> <p><i>Sem prejuízo de eventuais licenças ou autorizações exigidas por outros órgãos ou entidades e da aprovação a que se refere o inciso XIV do "caput" do art. 49 da Constituição Federal, a exportação pela INB de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares será autorizada pelo Ministro de Estado de Minas e Energia.</i></p>
ASSUNTO	Autorização para exportação de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Em seu Parecer Proferido em Plenário , o Deputado Vicentinho Júnior apresentou Projeto de Lei de Conversão, que altera o texto do dispositivo em tela à MPV 1133/2022, incluindo a previsão constitucional do Congresso Nacional de participar do processo de aprovação da exportação pelo INB de minérios nucleares e derivados. A proposta foi aprovada pela Câmara e posteriormente pelo Senado.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa contraria o interesse público, pois condiciona atos materiais de exportação à aprovação do Ministro de Minas e Energia e do Congresso Nacional, o que poderia dificultar o exercício e a expansão da atividade de exploração de minérios nucleares no Brasil.</p> <p>Ademais, a inclusão de etapa adicional ao processo de exportação poderia criar entraves burocráticos e desestimular o investimento privado perante a INB, além de ensejar insegurança jurídica por gerar dúvidas quanto à abrangência cabível em cada caso de exportação, o que desvirtuaria os objetivos originalmente desejados pela medida provisória ora convertida em lei.”</p> <p>Ouvido o Ministério de Minas e Energia.</p>

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.002
	inciso XL do "caput" do art. 2º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, com a redação dada pelo art. 13 do projeto: <i>administrar e gerir o Fundo Nacional de Mineração (Funam).</i>
ASSUNTO	Competência da Agência Nacional de Mineração
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Em seu Parecer Proferido em Plenário , o Deputado Vicentinho Júnior apresentou Projeto de Lei de Conversão, que adiciona o texto do dispositivo em tela à MPV 1133/2022. A proposta foi aprovada pela Câmara e posteriormente pelo Senado.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	“A proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade e contraria o interesse público, pois a administração e gestão do fundo pela ANM poderiam levar ao incremento de sua estrutura e, conseqüentemente, à ampliação das despesas. Este aumento de gastos estaria em desacordo com o disposto no inciso I do caput do art. 63 da Constituição, por não ser admitido o aumento de despesa em projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República.” Ouvido o Ministério da Economia.

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.003
	inciso II-A do "caput" do art. 21 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, com a redação dada pelo art. 13 do projeto: <i>11 (onze) CGE-I;</i>
ASSUNTO	Criação de cargos em comissão na estrutura organizacional da Agência Nacional de Mineração
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa incorre em vício e inconstitucionalidade, pois está em desarmonia com o inciso I do caput do art. 63 da Constituição, haja vista que não é admitido o aumento de despesa em projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, e por vício de iniciativa ao usurpar a competência privativa de iniciativa legislativa do Presidente da República, em ofensa às alíneas ‘a’ e ‘b’ do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição.</p> <p>Ademais, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição também contraria o interesse público, uma vez que a criação de cargos comissionados importaria em ato que resultaria em aumento da despesa com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do chefe do Poder Executivo, situação que é nula de pleno direito por violação ao inciso II do caput do art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.”</p> <p>Ouvidos o Ministério da Economia e a Advocacia-Geral da União.</p>

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.004
	inciso III do "caput" do art. 21 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, com a redação dada pelo art. 13 do projeto: <i>10 (dez) CGE-II;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Em seu Parecer Proferido em Plenário , o Deputado Vicentinho Júnior apresentou Projeto de Lei de Conversão, que adiciona o texto do dispositivo em tela à MPV 1133/2022. A proposta foi aprovada pela Câmara e posteriormente pelo Senado.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.005
	inciso III-A do "caput" do art. 21 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, com a redação dada pelo art. 13 do projeto: <i>11 (onze) CGE-III;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.006
	inciso V do "caput" do art. 21 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, com a redação dada pelo art. 13 do projeto: <i>60 (sessenta) CGE-IV;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.007
	inciso VII do "caput" do art. 21 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, com a redação dada pelo art. 13 do projeto: <i>11 (onze) CA-II;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.008
	inciso VIII do "caput" do art. 21 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, com a redação dada pelo art. 13 do projeto: <i>22 (vinte e dois) CA-III;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.009
	inciso IX do "caput" do art. 21 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, com a redação dada pelo art. 13 do projeto: <i>2 (dois) CAS-I;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.010
	inciso XI do "caput" do art. 21 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, com a redação dada pelo art. 13 do projeto: <i>3 (três) CCT-I;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.011
	inciso XIII do "caput" do art. 21 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, com a redação dada pelo art. 13 do projeto: <i>9 (nove) CCT-III;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.012
	inciso XIII-A do "caput" do art. 21 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, com a redação dada pelo art. 13 do projeto: <i>109 (cento e nove) CCT-IV;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.013
	inciso XV do "caput" do art. 21 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, com a redação dada pelo art. 13 do projeto: <i>96 (noventa e seis) CCT-V.</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.014
	<p>§ 6º do art. 2º-A da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com a redação dada pelo art. 14 do projeto:</p> <p><i>A entidade reguladora do setor de mineração deverá ter acesso a informações constantes da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e do Documento Eletrônico de Transporte (DT-e) emitidos pelos sujeitos passivos referidos no "caput" deste artigo mediante convênio com as entidades da administração pública que façam sua gestão e custeio de eventuais despesas orçamentárias ou financeiras para o acesso aos dados.</i></p>
ASSUNTO	Permissão à ANM para acessar informações fiscais de pessoas jurídicas ou físicas que devem pagar a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“Ao permitir, por meio de lei ordinária, que a ANM, que não integra a Administração Tributária da União, tenha acesso a informações fiscais, ao criar uma exceção ao sigilo fiscal não autorizada pelo art. 198 e pelo art. 199 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, a proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade e contraria o interesse público, uma vez que a matéria deveria ser tratada em lei complementar, nos termos previstos no inciso III do caput do art. 146 da Constituição.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.015
	<p>"caput" do art. 15:</p> <p><i>O Fundo Nacional de Mineração (Funam) destina-se a financiar o aparelhamento e a operacionalização das atividades-fim da ANM, bem como a financiar estudos e projetos de pesquisa relacionados ao desenvolvimento tecnológico e inovação do setor mineral, à segurança de barragens, ao fechamento de mina, à mineração sustentável, à lavra de minérios nucleares e à segurança nuclear.</i></p>
ASSUNTO	Finalidade do Fundo Nacional de Mineração (Funam)
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade, por violação ao inciso XIV do caput do art. 167 da Constituição, ante a vinculação de receitas orçamentárias específicas para destinação ao Funam. Do mesmo modo, contraria o interesse público, por estar em desacordo com o disposto na alínea ‘b’ do inciso III do art. 128 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.016
	parágrafo único do art. 15: <i>A administração dos recursos do Funam ficará a cargo de um conselho gestor, composto de 1 (um) diretor da ANM, escolhido pela diretoria colegiada, que o presidirá, e dos superintendentes responsáveis pelas atividades-fim da agência reguladora.</i>
ASSUNTO	Composição do conselho gestor dos recursos do Funam
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.017
	inciso I do art. 16: <i>os recursos oriundos dos serviços de inspeção e de fiscalização pela ANM ou provenientes de palestras e de cursos ministrados e da venda de publicações;</i>
ASSUNTO	Receitas do Funam
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Em seu Parecer Proferido em Plenário , o Deputado Vicentinho Júnior apresentou Projeto de Lei de Conversão, que adiciona o texto do dispositivo em tela à MPV 1133/2022. A proposta foi aprovada pela Câmara e posteriormente pelo Senado, com redação final nos termos do Parecer de Plenário nº 332/2022 .
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade por violação ao inciso XIV do caput do art. 167 da Constituição, ante a vinculação de receitas orçamentárias específicas para destinação ao Funam.</p> <p>A proposição também contraria o interesse público, por estar em desacordo com o disposto na alínea ‘b’ do inciso III do art. 128 e no art. 134 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, tendo em vista fixar atribuições ao fundo e por não observar a cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos, relativa à vinculação de receitas.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.018
	inciso II do art. 16: <i>o produto do pagamento da taxa anual por hectare a que se refere o inciso II do "caput" do art. 20 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), e dos emolumentos devidos como condição necessária para o conhecimento e o processamento de requerimentos e pedidos formulados à ANM e o produto das multas de competência da ANM;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Em seu Parecer Proferido em Plenário , o Deputado Vicentinho Júnior apresentou Projeto de Lei de Conversão, que adiciona o texto do dispositivo em tela à MPV 1133/2022. A proposta foi aprovada pela Câmara e posteriormente pelo Senado.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.019
	inciso III do art. 16: <i>os recursos provenientes de convênios, de acordos ou de contratos celebrados pela ANM com entidades, organismos ou empresas, públicos ou privados, nacionais ou internacionais;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.020
	inciso IV do art. 16: <i>as dotações consignadas no orçamento geral da União, os créditos especiais, as transferências e os repasses que lhe forem conferidos;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.021
	inciso V do art. 16: <i>o produto do leilão de bens e equipamentos encontrados ou apreendidos decorrentes de atividade de mineração ilegal;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.022
	inciso VI do art. 16: <i>as receitas provenientes das áreas colocadas em disponibilidade pela ANM, de qualquer natureza;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.023
	inciso VII do art. 16: <i>os recursos que lhe forem destinados, incluídas as doações de bens e equipamentos, conforme previsto em decisões judiciais ou em acordos firmados pela União para fins de ressarcimento de danos causados por usurpação de recursos minerais por lavra ilegal;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.024
	inciso VIII do art. 16: <i>os rendimentos de depósitos e de aplicações do próprio Fundo; e</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.025
	inciso IX do art. 16: <i>outras receitas previstas em lei, regulamento ou contrato.</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Em seu Parecer Proferido em Plenário , o Deputado Vicentinho Júnior apresentou Projeto de Lei de Conversão, que adiciona o texto do dispositivo em tela à MPV 1133/2022. A proposta foi aprovada pela Câmara e posteriormente pelo Senado, com redação final nos termos do Parecer de Plenário nº 332/2022 .
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.026
	inciso I do "caput" do art. 17: <i>no planejamento e na execução de programas, de projetos e de ações de modernização, de aparelhamento e de operacionalização das atividades da ANM, com prioridade para investimentos e ações relacionados à tecnologia da informação;</i>
ASSUNTO	Aplicação dos recursos do Funam
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Em seu Parecer Proferido em Plenário , o Deputado Vicentinho Júnior apresentou Projeto de Lei de Conversão, que adiciona o texto do dispositivo em tela à MPV 1133/2022. A proposta foi aprovada pela Câmara e posteriormente pelo Senado.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	“A proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade, por violação ao inciso XIV do caput do art. 167 da Constituição, ante à vinculação de receitas orçamentárias específicas para destinação ao Funam.” Ouvida a Secretaria Geral da Presidência da República.

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.027
	inciso II do "caput" do art. 17: <i>no custeio de despesas com transporte, hospedagem e alimentação de servidores em missão ou em operação de natureza oficial e em parcelas de caráter indenizatório;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.028
	inciso III do "caput" do art. 17: <i>na formação, no aperfeiçoamento e na especialização dos servidores integrantes do quadro de pessoal da ANM, no País e no exterior;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.029
	inciso IV do "caput" do art. 17: <i>nos dispêndios com a participação de representantes oficiais da ANM em eventos técnico-científicos sobre temas de interesse institucional realizados no País e no exterior;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.030
	inciso V do "caput" do art. 17: <i>na construção, na reforma, na revitalização e na ampliação de edificações e de instalações prediais da ANM;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.031
	inciso VI do "caput" do art. 17: <i>na aquisição de bens e na contratação de serviços necessários ao desempenho e à operacionalização das atividades-fim da ANM;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.032
	inciso VII do "caput" do art. 17: <i>no custeio de aporte logístico à própria gestão da ANM;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.033
	inciso VIII do "caput" do art. 17: <i>no custeio de despesas relacionadas à saúde dos servidores da ANM;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.034
	inciso IX do "caput" do art. 17: <i>na elaboração e na execução de estudos e de projetos relacionados à segurança de barragens, ao fechamento de mina e ao desenvolvimento de mineração sustentável;</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.035
	inciso X do "caput" do art. 17: <i>nos projetos relacionados à aplicação de recursos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação do setor mineral; e</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.036
	inciso XI do "caput" do art. 17: <i>em projetos relacionados ao fomento da pesquisa e da lavra de minérios nucleares e à segurança nuclear.</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.037
	§ 1º do art. 17: <i>As despesas a que se referem os incisos II e VIII do "caput" deste artigo não poderão ser superiores a 30% (trinta por cento) da receita total do Funam.</i>
ASSUNTO	Ressalva quanto à aplicação dos recursos do Funam
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.038
	<p>§ 2º do art. 17:</p> <p><i>Pelo menos 30% (trinta por cento) da receita total do Funam deverão ser destinados aos estudos e projetos a que se referem os incisos IX, X e XI do "caput" deste artigo, que poderão ser executados por meio de convênio com o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), ou repassados para projetos selecionados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para desenvolvimento científico e tecnológico do setor mineral, ou ainda destinados mediante convênio com a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN).</i></p>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa contraria o interesse público, pois não observaria a cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos, relacionada à vinculação de receitas, em violação ao disposto no art. 134 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.039
	<p>"caput" do art. 18:</p> <p><i>As receitas destinadas ao Funam serão recolhidas ao Banco do Brasil S.A., em conta especial, sob o título “Fundo Nacional de Mineração – Funam”, à conta e ordem da ANM.</i></p>
ASSUNTO	Conta para depósito das receitas destinadas ao Funam
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa contraria o interesse público, por violação ao princípio da unidade de caixa e tesouraria, uma vez que os recursos do Funam devem permanecer na Conta Única do Tesouro Nacional, e não em conta especial do Banco do Brasil S.A, conforme previsto no art. 56 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no art. 1º do Decreto nº 93.872, de 23 de novembro de 1986.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.040
	parágrafo único do art. 18: <i>Os saldos verificados ao final de cada exercício financeiro no Funam serão transferidos automaticamente para o exercício seguinte, a crédito do referido Fundo.</i>
ASSUNTO	Transferência de saldos no Funam para o exercício seguinte
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.041
	art. 3º-A da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, com a redação dada pelo art. 19 do projeto: <i>Na gestão de recursos humanos, os planos de carreira e remuneração dos cargos efetivos das agências reguladoras de que trata o "caput" do art. 2º desta Lei deverão ter tratamento equânime, considerados a equivalência das atribuições e a natureza e os níveis dos cargos, respeitados as classes e os padrões ocupados pelo servidor.</i>
ASSUNTO	Gestão de recursos humanos nas agências reguladoras
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“Ao promover a equiparação das carreiras das agências reguladoras, a proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, uma vez que usurpa a competência privativa de iniciativa legislativa do Presidente da República em matéria sobre regime jurídico de servidores públicos da União, em ofensa ao disposto nas alíneas ‘a’ e ‘c’ do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição, e contraria o interesse público, haja vista não ter havido previsão de criação de cargos e aumentos de remuneração no texto original encaminhado. Além disso, é nulo ato que resulte em aumento da despesa com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.</p> <p>Ao estabelecer essa vinculação, a proposição legislativa contraria o disposto no inciso XIII do art. 37 da Constituição, segundo o qual é vedada a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público. Tal vinculação contraria também o disposto no inciso I do caput do art. 63 da Constituição, haja vista não ser admitido o aumento de despesa em projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República.”</p> <p>Ouvidos o Ministério da Economia e a Advocacia-Geral da União.</p>

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.042
	art. 3º-B da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, com a redação dada pelo art. 19 do projeto: <i>Os ocupantes dos cargos integrantes das carreiras das agências reguladoras a que se refere o art. 2º desta Lei poderão ser movimentados para compor força de trabalho no interesse da administração pública em qualquer uma das agências reguladoras.</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.043
	art. 20: <i>A remuneração deverá ser uniformizada, considerados a equivalência das atribuições e a natureza e os níveis dos cargos, respeitados as classes e os padrões ocupados pelo servidor e atendidos os critérios de progressão e promoção vigentes, entre os cargos efetivos das carreiras de que tratam as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.768, de 19 de novembro de 2003, e 11.046, de 27 de dezembro de 2004.</i>
ASSUNTO	Idem
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.044
	inciso I do "caput" do art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, com a redação dada pelo art. 21 do projeto: <i>até 31 de dezembro de 2025, os percentuais mínimos definidos no caput deste artigo serão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), tanto para pesquisa e desenvolvimento como para programas de eficiência energética na oferta e no uso final da energia;</i>
ASSUNTO	Percentuais mínimos de aplicação da receita operacional líquida de empresas distribuidoras de energia elétrica em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Em seu Parecer Proferido em Plenário , o Deputado Vicentinho Júnior apresentou Projeto de Lei de Conversão, que adiciona o texto do dispositivo em tela à MPV 1133/2022. A proposta foi aprovada pela Câmara e posteriormente pelo Senado.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa contraria o interesse público, uma vez que postergaria as receitas da União que podem apresentar impacto orçamentário e prejuízo ao alcance das metas fiscais, em violação ao disposto no art. 124 e no art. 125 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.045
	alínea "a" do inciso V do art. 24 (revogação dos incisos II, III, IV, VIII e IX do "caput" do art. 19 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017): <i>incisos II, III, IV, VIII e IX do "caput" do art. 19; e</i>
ASSUNTO	Revogação de dispositivos que estabelecem receitas da ANM
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa incorre em vício de inconstitucionalidade por violação ao inciso XIV do caput do art. 167 da Constituição, ante a vinculação de receitas orçamentárias específicas para destinação ao Funam.</p> <p>A proposição também contraria o interesse público, por estar em desacordo com o disposto na alínea ‘b’ do inciso III do art. 128 e no art. 134 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022, tendo em vista fixar atribuições ao fundo e por não observar a cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos, relativa à vinculação de receitas.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.046
	alínea "b" do inciso V do art. 24: <i>incisos X e XII do "caput" do art. 21;</i>
ASSUNTO	Revogação de dispositivos que criam cargos em comissão na estrutura organizacional da ANM
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Na Redação Final , o Deputado Vicentinho Júnior apresentou Projeto de Lei de Conversão, que adiciona o texto do dispositivo em tela à MPV 1133/2022. A proposta foi aprovada pela Câmara e posteriormente pelo Senado.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa incorre em vício e inconstitucionalidade, pois está em desarmonia com o inciso I do caput do art. 63 da Constituição, haja vista que não é admitido o aumento de despesa em projetos de iniciativa exclusiva do Presidente da República, e por vício de iniciativa ao usurpar a competência privativa de iniciativa legislativa do Presidente da República, em ofensa às alíneas ‘a’ e ‘b’ do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição.</p> <p>Ademais, em que pese a boa intenção do legislador, a proposição também contraria o interesse público, uma vez que a criação de cargos comissionados importaria em ato que resultaria em aumento da despesa com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do chefe do Poder Executivo, situação que é nula de pleno direito por violação ao inciso II do caput do art. 21 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.”</p> <p>Ouvidos o Ministério da Economia e a Advocacia-Geral da União.</p>

Estudo do Veto nº 64/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 64.22.047
	inciso I do art. 25: <i>em 1º de fevereiro de 2023, quanto às alterações efetuadas pelo art. 13 no art. 21 da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017;</i>
ASSUNTO	Prazo para entrada em vigor dos dispositivos que criam cargos em comissão na estrutura organizacional da ANM
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Em seu Parecer Proferido em Plenário , o Deputado Vicentinho Júnior apresentou Projeto de Lei de Conversão, que adiciona o texto do dispositivo em tela à MPV 1133/2022. A proposta foi aprovada pela Câmara e posteriormente pelo Senado.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem